

## ENTREVISTA COM GILBERTA SANTOS SOARES

Dayane Nascimento Sobreira\*

Natural de Campina Grande-PB, Gilberta Santos Soares é doutora pelo Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia e mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Foi secretária da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Estado da Paraíba entre os anos de 2013 e 2019 e secretária executiva da pasta de 2011 a 2012. É sócio-fundadora da Cunhã Coletivo Feminista, ONG sediada na cidade de João Pessoa-PB. Foi conselheira da Rede Nacional Feminista de Saúde. Muito jovem, foi fundadora do Grupo Raízes, grupo feminista formado por universitárias na sua cidade natal na década de 1980. Atuou prestando assessoria ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brejo (MMB/PB), ajudando a reconstituir o grupo após a trágica morte de Penha Nascimento, em acidente que também vitimou a socióloga Elizabeth Lobo na cidade de Alagoa Grande-PB. De longa trajetória na militância e nos movimentos sociais, sua história é marcada pela atuação na área da saúde das mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, violência contra mulheres e temas que envolvem sexualidade e diversidade. Em movimento, assim Gilberta se definiu quando de nossas entrevistas, realizadas em novembro e dezembro de 2015, respectivamente, e revisitadas no início de 2020. Militante histórica, reside na capital João Pessoa, vive em constante luta pela democracia, pelos direitos das mulheres, mulheres negras, LGBTQI+ e outros grupos socialmente discriminados. Abaixo o nosso papo.

**Dayane Sobreira:** Então Gilberta, gostaria que você falasse um pouco de sua história, sua naturalidade, sua formação.

**Gilberta Soares:** Eu nasci em Campina Grande, na Paraíba, no Nordeste do Brasil, numa família de classe média, sem posses. Meus pais eram profissionais autônomos, com o curso técnico em Contabilidade. Minha mãe, Terezinha dos Santos Soares, contrariando a norma corrente para as mulheres na década de 1950 na Paraíba, trabalhou desde os 14 anos de idade para ajudar na manutenção de sua família, com 11 irmãos(as). Já casada, montou seu próprio escritório de Contabilidade e prestou serviços por mais de 50 anos. Enfrentou muitos desafios. Foi uma mulher que sempre valorizou a autonomia financeira e o seu trabalho como forma de realização. Nos incentivou essa autonomia com muita convicção. Durante muitos anos, meu pai e minha mãe

foram sócios no escritório de Contabilidade. Eu e meus dois irmãos fomos iniciados nos afazeres da área já no final da adolescência. Não nos identificamos profissionalmente, todavia, isso nos ajudou a desenvolver algumas habilidades. Meu nome é Gilberta por causa do meu pai, Gilberto Soares de Melo. Se eu tivesse nascido menino seria Gilberto, como ele. Como na época não havia ultrassonografia, meu nascimento foi revestido de surpresa e meu nome (in)ventado para ajustar a expectativa. Me apropriei com muito gosto do meu nome, talvez meu primeiro grande exercício de autonomia. Fiz a graduação em Psicologia, na Universidade Regional do Nordeste, a URNE, que hoje é a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Sobre o ativismo... Eu vinha de ativismo em grupo de jovens que não era ligado à Igreja Católica, muito comum naquele contexto da Teologia da Libertação<sup>1</sup>. Em 1981,

---

\* Possui licenciatura plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba, especialização em Educação do Campo e mestrado em História pela Universidade Federal da Paraíba. É doutoranda do Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [dayanesobreira26@gmail.com](mailto:dayanesobreira26@gmail.com).

<sup>1</sup> Teologia da Libertação é uma corrente teológica cristã, oriunda na América Latina, que prevê que o Evangelho deve se ocupar, preferencialmente, pelos pobres e os seus direitos, a partir da compreensão das questões de classe e do protagonismo dos pobres. Engloba várias correntes de pensamento. No Brasil, os seus principais teólogos são Frei Betto e Leonardo Boff.

tínhamos um grupo de estudos sobre o método da dialética. Esse estudo foi muito importante para compreensão de nossa militância e da nossa posição de classe no mundo. Quando eu cheguei no curso de Psicologia, conheci a disciplina de Psicologia Social, ministrada pela professora Ângela Arruda, que tinha retornado do exílio na França. Estávamos no início da década de 1980, no contexto da promulgação da Lei da Anistia, após a ditadura militar. Como jovens estudantes de Psicologia, tínhamos o desafio de contribuir com a construção da democracia no Brasil. Eu e minhas companheiras nos identificamos com a abordagem e experiência da professora Ângela Arruda, que nos apresentou a Psicologia Social com a proposta de entender o comportamento humano, mediado por regras sociais, estigmas e preconceitos, em compromisso com a mudança social. As aulas sobre identidade, inspirada na pergunta *quem é você?* foi um marco para uma turma de mulheres que se encantou com o feminismo a partir de suas próprias experiências e do conceito de identidade. Refletimos sobre os processos de subordinação pelos quais as mulheres passam desde a infância, identificamos opressões, lemos sobre a história das mulheres, fizemos pesquisas e ações com a temática. Ao final da graduação, concorremos às eleições do Diretório Acadêmico do curso de Psicologia. Perdemos a eleição para uma chapa encabeçada por um homem, na verdade, um dos raros homens do curso. Em resposta, criamos um grupo feminista de jovens mulheres – o Grupo Raízes. Este atuava em diálogo com o Grupo de Mulheres de Campina Grande, formado por feministas, em sua maioria, professoras da Universidade, mais velhas e vindas de outros lugares. Fizemos ações juntas no campo da cultura, da formação e da reivindicação de políticas públicas para mulheres, a exemplo das

Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres (DEAMs) e do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Você me pediu para falar da minha história com o feminismo, mas não é possível falar desse timbre, sem me referir a muitas outras mulheres feministas e ao movimento. Trata-se de uma parte da história do feminismo na Paraíba, que não começa nem termina, muito menos se restringe a esses fatos. É importante registrar a herança geracional na formação feminista e nos movimentos organizados. Ascendência e descendência feminista que se articulam numa dinâmica intergeracional para manutenção da luta feminista, tão necessária quanto antes.

**DS:** E a relação de vocês com o Grupo de Mulheres de Campina Grande? Como se dava essa troca?

**GS:** Existia uma parceria para realizar ações e intervenções. Despertamos para uma prática de vida, auto identificada nos nossos comportamentos de jovens inquietas e questionadoras. Entramos em contato com o movimento organizado de outros estados, participamos de encontros feministas, de curso e seminários, lemos a literatura feminista. Isso tudo foi muito revolucionário para todas nós. Haviam outras professoras feministas como Socorro Oliveira e Paola Cappellin. Elas tinham experiências demasiado fortes como o exílio, a repressão, a prisão e a ditadura. Estavam fortalecendo a democracia com a perspectiva feminista e antissexista. Também nos relacionávamos com outras feministas, lideranças comunitárias de Campina Grande e de áreas rurais, e com o movimento estudantil.

**DS:** Como se davam os laços de amizade no Grupo Raízes?

**GS:** De fato, o Grupo Raízes surge entre colegas de universidade. Tinha um grupo que vinha do curso de

Psicologia, como eu, Soraia Jordão, Vilma Vaz, Wanderlucia Diniz (Bó), Margareth Rose e a saudosa Marília Lacerda. E haviam mulheres que vinham da experiência comunitária, sindicalistas e outras áreas. Eram laços de amizade e militância, compartilhávamos da mesma utopia feminista. Foi um momento de muita alegria, saíamos para festas, shows, cinema, passeios, viagens, acampamentos. Nos apoiávamos nas descobertas e nos obstáculos. Exercitávamos a metodologia feminista dos grupos de reflexão e autoconhecimento, do privado-subjetivo ao público-político. Vivenciamos técnicas como a *Linha da Vida*, uma dinâmica que permite visibilizar a trajetória das participantes a partir da cronologia de fatos da vida, articulando a compreensão dos processos individuais em contextos coletivos. Também fortalece os laços de solidariedade e a identidade de grupo. Na nossa experiência, a Linha da Vida nos possibilitava entender a nossa vida de jovens mulheres, através da genealogia do dispositivo da sexualidade, na perspectiva foucaultiana, com o olhar feminista. A gente cultivava ideais de transformação social com planos de promover a justiça social e a igualdade para as mulheres. Eu já tinha uma leitura de classe social, pois tive acesso ao pensamento dialético-marxista através do meu pai. Ele era um homem ideológico, esteve engajado na resistência à ditadura militar, por isso digo que nasci num berço (ou célula) marxista, pelo lado paterno. O senhor Gilberto tinha muitos livros e o hábito de ler todos os dias, marcando os livros com pequenas anotações. Então, desde a infância, nos foi proporcionado, a mim e aos meus irmãos, Gilvete e Gilbergues Santos Soares, o exercício da leitura crítica

da realidade. Lembro que ainda nos primeiros anos escolares voltei da escola falando sobre a libertação dos escravos. Algo que meu pai repudiou veemente, me explicando a falácia da Lei Áurea e os interesses econômicos que faziam com que o Brasil, último país a libertar os escravos, tomasse essa atitude sem qualquer responsabilidade com todo o povo negro jogado nas ruas.

**DS:** E sobre as atividades que vocês desenvolviam?

**GS:** Voltando para Psicologia, aprofundamos a perspectiva construtivista, crítica e dialógica de mãos dadas com a Educação Popular. A política do corpo e a história privada das mulheres e da sexualidade estavam contidas na bibliografia feminista. Entendemos que só haveria democracia com a superação da subordinação das mulheres e de outros grupos sociais. Nossa formação foi adensada com o SOS Corpo<sup>2</sup> de Recife, mergulhamos na metodologia feminista, com Betânia Ávila, Silvia Camurça, Gigi Blander, Sônia Correa. O SOS Corpo foi (é) uma organização parceira em vários momentos da luta feminista na Paraíba, lembrando ainda de Márcia Laranjeiras, Taciana Gouveia e Ana Paula Portela e outras. Nesse momento, nos deparamos com a falsa dicotomia entre a importância das questões “específicas” diante de questões gerais. No Brasil, não estava em evidência o uso da categoria gênero. Tratávamos da questão das mulheres, aliás no singular, a mulher, enquanto um sujeito universal, branca, heterossexual, sem deficiência, etc., que não considerava a diversidade. Nosso objetivo era mudar mentalidades e comportamentos, confrontando diretamente o machismo. Tirar “as questões das

---

<sup>2</sup> O SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia é uma ONG feminista fundada em 1981, em Recife-PE, que atua em prol da emancipação das mulheres e de uma sociedade justa e democrática.

mulheres” da invisibilidade, fazer com que o poder público investisse em ações e projetos que atendessem as necessidades específicas das mulheres. Atuávamos com criatividade, fazíamos atividades culturais, formativas e de *advocacy* por políticas públicas. Nesse período, foi marcante uma exposição sobre “A história das bruxas”, no Museu de Arte da UEPB, em Campina Grande. Ângela Arruda foi a idealizadora e articulou a parceria com o Consulado Alemão. A exposição, acompanhada de filme com debate, mostrava a perseguição da Inquisição às mulheres e desmistificava o arquétipo da bruxa como mulher má. Denunciava o ataque violento ao poder e autonomia das mulheres. Realizamos também ações de *advocacy*. O Sistema Único de Saúde (SUS) não existia, era um direito a ser conquistado, assim como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Um exemplo de como o geral e o específico andavam entrelaçados, assim, não haveria PAISM sem SUS. Realizamos o I Seminário sobre Ações Integradas de Saúde (AIS) e recebemos a médica feminista Ana Costa, uma das proponentes do PAISM. Trabalhávamos com muito entusiasmo com grupos de mulheres populares, como foi a parceria com a Associação Comunitária do bairro das Malvinas (Campina Grande), com as lideranças locais, como Rivonise Araújo, na busca de melhores condições de vida para as mulheres. Nessa experiência e em outras, reforço a importância do acesso à universidade pública e gratuita que se fez espaço de formação profissional e consciência crítica para a juventude. Destacando a importância do processo de profissionalização ser mediado pelo pensamento crítico, como nos ensinou Paulo Freire. Terminei o curso de licenciatura, vim para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em João Pessoa comecei a fazer a formação

em Psicologia Social. Era 1987, continuei vinculada ao Grupo Raízes. Nesse mesmo ano, articulamos a participação da Paraíba no 9º Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns-PE. Éramos uma delegação de cerca de 50 mulheres, na sua maioria jovens, indo pela primeira vez a um encontro feminista. Esse encontro foi histórico pela presença das mulheres negras e pela crítica à identidade genérica e ao caráter homogêneo do feminismo, que ao generalizar a opressão das mulheres, o tornou excludente para mulheres negras. As mulheres negras são maioria da população brasileira e vivem no cotidiano a dupla exploração étnico racial e de gênero, tornando suas existências ainda mais ameaçadas. Nesse encontro surgiu a proposta de realização do 1º Encontro de Mulheres Negras, ocorrido no Rio de Janeiro em 1988. Também foi marcante a oficina sobre identidade, proposta por Sônia Côrrea. A técnica projetiva, através das obras de arte expostas num Salão do Hotel Tavares Correia, de Garanhuns, levava a identificar processos de dicotomias e cisões subjetivas em nossos corpos de mulheres.

**DS:** Quais olhares eram lançados a vocês seja dentro da universidade, da comunidade como um todo?

**GS:** Acho que era um olhar de estranhamento por uma diferença que se instalava e se destacava em casa e na universidade. As roupas eram diferentes, com um estilo mais alternativo, o cabelo era livre, sem alisamento, as ideias inspiradas na chamada Revolução Sexual (1960-1970) e o forte desejo por livre trânsito. Essa foi uma dificuldade com minha família. Havia ainda um estigma com a Psicologia, por incompreensão e viés moral, que a via como um campo para desviantes, como loucos, lésbicas, gays, drogados.

**DS:** Podemos afirmar que o feminismo te transformou?

**GS:** Me transformou, afetou e foi definidor nos rumos de minha vida pessoal, profissional e de militância. O feminismo me mostrou as suas dimensões de vivência, prática política e teórica-epistemológica, me conectou com os movimentos sociais e a luta política, mostrando que a política não era só o campo partidário e sindical. Aquela visão mais ampla me contemplava, considerar os sujeitos nas suas diferenças e perceber a vida privada como algo importante no contexto político. Com a professora Ângela Arruda, fizemos uma pesquisa participante sobre a formação da consciência com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) de Alagoa Grande-PB. Foi quando conheci Maria da Penha Nascimento, trabalhadora rural, intelectual orgânica, presidente do Sindicato de Trabalhadores(as) Rurais (STR) de Alagoa Grande, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e coordenadora do MMT, foi candidata a vereadora e deputada federal pelo PT. Uma liderança sindical, mulher negra, mãe, referência de luta. Com Penha, tivemos uma afinidade imediata, entre tantas diferenças dos nossos lugares de fala. No STR, Penha foi companheira da sindicalista Margarida Maria Alves<sup>3</sup>, assassinada por latifundiários, pela sua luta em prol da terra. Motivo que fez Penha intensificar sua atuação contra a violência no campo e a impunidade. Penha e suas companheiras, como Soledade Leite e outras, me mostraram o feminismo das mulheres do campo, trabalhadoras rurais, quilombolas. Sua morte precoce, em acidente de trânsito, junto com a socióloga feminista Elizabeth de Souza Lobo, em 15 de março de 1991, foi um golpe duro, muito próximo de nós, que

mobilizou o movimento feminista de todo o país. Acolhemos na nossa experiência, o legado deixado pela nossa Maria da Penha Nascimento.

**DS:** Gil, e como se deu a formação da Cunhã?

**GS:** Em 1990, criamos a Cunhã Coletivo Feminista, na capital de João Pessoa, com identidade jurídica de Organização Não Governamental (ONG). A professora da UFPB, companheira e feminista Eleonora Menicucci de Oliveira, ministra da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (2012-2015), foi fundamental para articulação de mulheres em torno do projeto. O nome *cunhã*, mulher em Tupi, homenageava as mulheres potiguaras, povos originários presentes na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Éramos jovens recém formadas e professoras (Rosa Nader, Lúcia Temóteo, Ana Adelaide Peixoto, Sandra Craveiro) e através da nova organização estabelecemos parceria com a Agência de Cooperação Internacional OXFAM do Brasil, que apoiou o projeto de ação inicial e estruturação da sede. Prestávamos assessoria a organizações sociais e durante dois anos, quando Penha morreu, nos deslocávamos para Alagoa Grande para acompanhar o MMT, colaborando para que o movimento enfrentasse a perda, com o fortalecimento de sua organização.

**DS:** Gil, me fala um pouco mais sobre a história da Cunhã.

**GS:** A Cunhã teve várias fases durante esses 30 anos de existência (1990-2020), muita construção e desafios, muita gente atuou e colaborou<sup>4</sup>. O primeiro momento foi de estruturação, definição de visão e missão, estratégias de trabalho. Cuidamos da construção da

<sup>3</sup> Sobre Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento, cf.: SCHUMACHER; VITAL, 2000.

<sup>4</sup> Quero destacar que os nomes de pessoas e organizações registrados nessa entrevista fazem parte de um recorte da história contada, visto

que a lista de todxs que deram sua contribuição à Cunhã, ao longo desses 30 anos, é muito maior.

identidade de grupo, através de oficinas que foram coordenadas por mim e por Soraia Jordão, ambas psicólogas. Nos anos 1990, tínhamos uma atuação voltada para ampliar a visão feminista da sociedade e realizávamos assessoria e oficinas de formação com grupos de mulheres, ativistas e profissionais de diversas áreas. Esse trabalho contribuiu para o surgimento de grupos de mulheres em bairros, da região metropolitana de João Pessoa, ampliando e fortalecendo a organização feminista na Paraíba. A Cunhã atuou na área de educação, através de Lúcia Temóteo, Soraia Jordão e outras, com formação com alunas e professoras de duas escolas do magistério de João Pessoa. Introduzimos as Oficinas Matriz, que consistiam em cursos vivenciais, com imersões, nos quais a experiência de vida das mulheres se entrelaçava com a teoria feminista. Nessas



Fonte: Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista

oficinas, participaram mulheres sindicalistas, acadêmicas, ativistas sociais, profissionais autônomas e categorias profissionais que considerávamos estratégicas, como jornalistas, profissionais de saúde e trabalhadoras rurais. A proposta era disseminar a perspectiva feminista e a sua práxis em áreas estratégicas para a nossa ação. Essa experiência foi muito bacana porque pudemos perceber a visão

feminista se espalhar em várias áreas e ganhamos colaboradoras e parcerias preciosas, como Jandira Pacheco, Zênia Chaves, Margareth Nepomuceno. A Cunhã realizou ações conjuntas com outras organizações e movimentos sociais, permeamos e fomos permeadas por causas, dinâmicas e perfis das lutas organizadas na Paraíba e no país. Prestamos assessoria aos movimentos sociais, colaborando tanto para a sustentabilidade de organizações quanto para a adoção de questões próprias às mulheres que representavam, muitas vezes, a base daqueles movimentos. Esse caminho introduziu as estratégias que consideravam a perspectiva de gênero no trabalho da Cunhã, mais tarde. Esse foi um momento de muita riqueza social, pois a década de 1990 era o espaço-tempo dos avanços no sentido do Estado democrático de direito e bem estar social, expressos na Constituição de 1988. Com Soraia Jordão e Cristiane Freire à frente, prestamos assessoria aos educadores(as) populares e às organizações que atuavam no movimento de criança e adolescentes, como a Casa Pequeno Davi<sup>5</sup>, com Cláudia Costa e outros, e também as profissionais do sexo, que iniciavam sua organização. O trabalho com trabalhadoras rurais se estendeu para outras áreas através da parceria com a Comissão de Mulheres Trabalhadoras da Central Única dos Trabalhadores (CUT-PB). Tenho muitas imagens e memórias desse tempo que compartilhei com outras companheiras, como Socorro Oliveira e a querida amiga Ednalva Bezerra, professora, sindicalista, petista, que era integrante da Cunhã e da CUT. Com mais maturidade, a Cunhã definiu o trabalho em três grandes núcleos: metodologia, saúde e comunicação. O Núcleo de

grande João Pessoa com vistas à cidadania e melhoria da qualidade de vida.

<sup>5</sup> A ONG Casa Pequeno Davi foi fundada em 1985, no Bairro do Roger, em João Pessoa. Desenvolve atividades educacionais, artísticas, culturais e esportivas com crianças e adolescentes da

Metodologia aglutinava todo o trabalho de formação, assessoria, etc. A comunicação teve início com a professora Sandra Craveiro de Albuquerque (UFPB) que agregou duas jovens alunas, Estela Bezerra e Jó Vidal. No período de 1992 a 2004, a Comunicação foi se constituindo por vários caminhos em interface com os eixos de saúde e metodologia, tendo a contribuição de vários profissionais, como Cristina Lima, Luciel Araújo e outros. Havia iniciado com a produção de audiovisual, depois, a comunicação ampliou, tornando-se estratégia política, o que significava promoção da visibilidade, ocupação de espaços de mídia, produção de novos conteúdos e a disseminação do ideário feminista. Realizamos uma oficina matriz (a que me referi antes) com mulheres jornalistas e comunicólogas com o objetivo de sensibilizar o olhar delas para as questões das mulheres na mídia e contribuir para um jornalismo sensível ao machismo e sexismo. Dessa forma, construímos pontes com comunicadoras que sopraram sementes do feminismo. Nesse movimento, a Cunhã precisava de porta-vozes para dar entrevistas, divulgar ações e ocupar a mídia, o que nos tornou fonte de



Fonte: Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista

informação para os meios de comunicação. Foi um aprendizado fazê-lo de forma qualificada. Participamos e realizamos treinamentos de mídia (*media training*), estratégia adotada pelo movimento feminista para formar mulheres lideranças para a relação com a imprensa. Muitos desses treinamentos de mídia foram

realizados por Estela Bezerra e Jó Vidal. Com a imprensa, discutimos conteúdos que eram discriminados ou pouco conhecidos como os temas do aborto, exploração sexual de crianças e adolescentes e os direitos sexuais, seguidos da pauta LGBT. Tínhamos uma excelente equipe de comunicação que realizava assessoria de imprensa com eficiência, haja vista o tempo ocupado por nós nos meios de comunicação locais. A temática da saúde está no nascedouro da Cunhã, o Núcleo de Saúde remete à ideia inicial advinda do Coletivo Lilás, de ser um grupo de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva, com atendimento ginecológico, inspirado no Coletivo Sexualidade e Saúde de São Paulo e nas experiências de coletivos em Genebra, com o mesmo perfil. Ainda na primeira metade da década de 1990, retomamos o olhar para a saúde em outra perspectiva. Nosso foco era a garantia de direitos e de políticas públicas destinadas à saúde das mulheres na rede pública, amparadas na defesa do SUS e do PAISM. Foi nesse momento que refinamos as estratégias do *advocacy*. Era necessário construir um posicionamento e estabelecer o diálogo com o poder público local para reivindicar, propor e contribuir com a implantação de políticas públicas baseadas nas noções de saúde integral e direitos reprodutivos. Ter assento no Conselho Municipal de Saúde (CMS) de João Pessoa fazia parte do posicionamento de interlocução. Durante várias gestões, eu e Lúcia Lira alternamos a representação das mulheres e estabelecemos convivência e parceria com outras representações de usuárias(os), gestoras(es) e prestadoras(es) de serviços. A representação feminista passou a ser considerada no debate local. A partir do levantamento da realidade local, as questões do planejamento familiar e do aborto clandestino despontaram como pauta prioritária para nossa atuação,

considerando as fragilidades no atendimento e as inúmeras violências sofridas pelas mulheres, sobretudo negras e pobres, em maternidades. A Cunhã tornou-se filiada à Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RFS), da qual participei da sua fundação, com a companheira psicóloga Vilma Vaz, em 1991. Representei a Paraíba na RFS e no seu Conselho Diretor, com outras companheiras, como a enfermeira e professora Telma Garcia, Elinaíde Alves, Glória Rabay e Irene Marinheiro, do Centro da Mulher 8 de Março (CM8M), Socorro Borges, entre outras. O tema do aborto teve espaço significativo na ação da Cunhã. Em 1998, através de ação contínua e coletiva de *advocacy*, alcançamos a implantação do Programa de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (PAMVVS), com a realização do aborto previsto em lei, nos casos de estupro e de risco de morte para a mulher, sendo a Paraíba o segundo estado do Nordeste a garantir esse tipo de assistência. Esse processo envolveu diferentes



Fonte: Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista

atores sociais, entre ONGs feministas, movimento de mulheres, CUT, professoras da UFPB e o vereador Ricardo Coutinho. Por meio da atuação na RFS, fomos indicadas para assumir o Ponto Focal da Campanha 28 de Setembro no Brasil, a *Campanha Latino-Americana*

*pela Descriminalização do Aborto*, vinculada à RFS. Realizamos ações educativas e para isso traduzimos anseios do movimento feminista em conceitos como: “Nenhuma mulher deve ser presa, ficar doente ou morrer por abortar” e “As mulheres decidem. A sociedade respeita. O Estado garante”. Este último ganhou tradução em vários idiomas. Posteriormente, surgiu a *Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro*, articulação com o objetivo de modificar a legislação restritiva. Existia um contexto favorável de ampliação da democracia brasileira, de consolidação do SUS e uma forte mobilização feminista para garantia dos direitos das mulheres diante dos dados preocupantes de mortalidade materna em decorrência do aborto clandestino. As demandas das mulheres brasileiras ganharam visibilidade e espaço institucional com a criação, em 2003, pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM), que executava ações pró equidade de gênero e pela cidadania das mulheres. A Cunhã recebeu a gestão da secretária executiva das Jornadas, que trabalhava em conjunto com a Coordenação Política<sup>6</sup>. Partilhei a Secretaria Executiva com a companheira Elinaíde Alves, com apoio de Estela Bezerra, Cristina Lima e toda a equipe da Cunhã. Existia uma rede de articuladoras no país e a comunicação era realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (São Paulo), com o trabalho de Jacira Melo, Ângela Freitas e Marisa Sanematsu. Foi um trabalho intenso de articulação em âmbito nacional. A Cunhã realizou estudos e pesquisas que apontavam desafios, entre eles, comprometer o poder público. Um desses desafios pautou a prevenção da gravidez

<sup>6</sup> A coordenação política era composta por organizações feministas da sociedade civil, universidades, centrais sindicais e partidos políticos de todo o Brasil. Contou com a participação de várias organizações, com expertise de feministas como Betânia Ávila,

Beatriz Galli, Dulce Xavier, Fátima Oliveira, Jacira Melo, Liege Rocha, Margareth Arilha, Maria José Rosado, Natália Mori, Paula Viana, Rosa de Lourdes Sônia Córrea, entre tantas outras.



indesejada, a participação masculina e lugar das políticas de saúde e educação. A Cunhã, então, realizou a Campanha *Ninguém Engravida Sozinho*, que veiculou



Fonte: Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista

peças publicitárias que tocavam em temas considerados proibidos, nos horários nobres das TVs e rádios locais e em *outbus*. Concomitante à ação de mídia, realizamos Feiras de Saúde, em parceria com diferentes instituições e organizações sociais, em bairros da periferia de João Pessoa e da região metropolitana, como o Grupo Marynoll, Grupo de Mulheres Renasce Companheiras, Amazonas – Associação de Prevenção a AIDS, entre outros. Levávamos práticas preventivas, terapias complementares e esquetes teatrais que abordavam os direitos reprodutivos. Essa campanha foi coordenada



Fonte: Arquivo da Cunhã Coletivo Feminista

por Estela Bezerra que mais tarde sairia dos quadros da Cunhã para ocupar o primeiro mecanismo de políticas públicas para as mulheres na Paraíba. Essa é uma das histórias significativas que tem relação com a vivência da metodologia feminista entre nós. Processos intensos e contínuos que buscavam aprimorar o fazer e a cultura institucional da Cunhã. Essa experiência contribuiu para

nos capacitar e fortalecer para atuação em outros espaços de poder e decisão, levando as perspectivas e proposições feministas para o campo institucional e para as organizações da sociedade civil. No início dos anos 2000, vivíamos a expansão da abertura democrática e com ela a ascensão do projeto partidário do campo popular na Paraíba. Nesse contexto, reivindicávamos mecanismos de governo para promover igualdade e cidadania para as mulheres. Em 2005, o então prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho, criou a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, vinculada ao seu gabinete. Através da indicação do movimento de mulheres, a companheira Estela Bezerra trilhou o caminho na gestão pública municipal, passando por várias secretarias, para em seguida se iniciar na política partidária, se tornando candidata à prefeita nas eleições de 2012. Atualmente, cumpre seu segundo mandato como deputada estadual feminista, defendendo pautas relacionadas aos direitos humanos, direitos sociais, defesa do Estado laico, à raça, etnia, mulheres, LGBTQI+, juventudes, meio ambiente, entre outras. O caminho percorrido por Ednalva Bezerra de Lima não foi diferente. Ela já era da CUT e filiada ao PT quando se agregou a Cunhã Coletivo Feminista. Seguiu levando a pauta feminista para sua intervenção em instâncias sindicais nacionais e internacionais. Sua morte precoce foi uma perda para o feminismo e para a organização sindical. Ednalva deixou uma contribuição marcante no feminismo brasileiro. Em 2011, saí do lugar de contribuição direta às organizações do movimento feminista e fui para o campo da gestão pública, dirigir uma Secretaria de Estado. Estou certa que a experiência da Cunhã me deu o chão necessário para desenvolver o trabalho desafiador que realizamos à frente daquele órgão. A Cunhã seguiu seu trabalho de fortalecimento

do movimento feminista, através da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e da Universidade Livre Feminista. Nos anos 2000, a Cunhã Coletivo Feminista realizou um levantamento das organizações feministas e de mulheres da Paraíba, visando o fortalecimento do movimento. Este apresentou dois importantes resultados: a publicação da cartilha *Retalhos de uma história – Grupos de Mulheres da Paraíba*<sup>7</sup> e a criação da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, vinculada a AMB. As companheiras Luciana Cândido, Anadilza Paiva, Malu Oliveira, Cristina Lima, Soraia Jordão, Cristiane Freire, e todas nós, em diferentes instâncias, atuamos para fortalecer o movimento de mulheres, suas organizações e articulações. A Cunhã atuou como uma espécie de incubadora da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, com o intuito de apoiar sua organização. A Rede ganhou vitalidade com o fortalecimento do movimento de mulheres negras, através da estruturação da Bamidelê – organização de mulheres negras da Paraíba, por meio da atuação de Efu Nyaki, Solange Rocha, Terlúcia Silva e Vânia Fonseca, entre outras, enegrecendo o nosso movimento em ondas crescentes. Houve também o apoio à organização das Índias Guerreiras Potiguaras, através do trabalho de Maria Soares (Comadre) e outras, e das lésbicas e bissexuais, através do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, lembrando Marli Soares. Em meados dos anos 2000, a Cunhã ampliou seu trabalho para a área de autonomia econômica das mulheres. Em 2002, a Cunhã e o CM8M, através das companheiras Irene

Marinho, Glória Rabay e Elaine Bezerra, começaram a assessoria ao Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)<sup>8</sup>. No Cariri Paraibano, a Cunhã realizou ações com mulheres da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária. Atuou com as rendeiras de renascença, da região do Cariri Ocidental, para o fortalecimento das suas organizações e da autonomia das mulheres. Esse trabalho ficou a cargo das companheiras Soraia Jordão, Célia Souza (Celinha), Malu Oliveira e Lúcia Lira. Essa história continuou, mas paro aqui o relato porque já não estava na equipe e no cotidiano da Cunhã. As companheiras seguiram com o desafio de prover a sustentabilidade da ONG em tempos de criminalização aos movimentos sociais, de diminuição dos aportes financeiros nacionais e internacionais para apoio ao trabalho e, mais recentemente, de encolhimento do Estado brasileiro. Nesse contexto, em 2011, passei a me dedicar à gestão pública, mantendo a relação de colaboradora da Cunhã. Em 1996, entrei para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFPB) e defendi a dissertação de mestrado: *Significados Simbólicos do Abortamento: a intimidade compartilhada* (1998). O estudo buscou identificar as representações e subjetividades, mediadas pela cultura de gênero, que impactavam na decisão por interromper uma gravidez inesperada. Em 1998, a partir da demanda de mulheres que participavam das oficinas, iniciei atendimentos psicoterapêuticos individuais. A escuta das mulheres, suas dores, conquistas e mal estar de gênero me motivaram. Todavia, não fiz uma clínica para mulheres.

<sup>7</sup> Cf.: SOARES et al, 2001.

<sup>8</sup> O Projeto *Articulação e Diálogo Sobre Políticas para Reduzir a Pobreza e Desigualdade no Nordeste Semiárido - Projeto Dom Helder Câmara* propôs a contribuir com a redução da pobreza rural e as desigualdades sociais no semiárido nordestino, através de

políticas públicas. Foi desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

**DS:** Conta para a gente como foi o processo de entrada na Secretaria.

**GS:** Em 2009, fui fazer o doutorado no Programa Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares de Mulheres, Gênero e Feminismo no (PPGNEIM) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador. O doutorado possibilitou a ampliação epistemológica sobre perspectivas feministas, o aprofundamento sobre os diferentes feminismos, com ênfase no feminismo negro, das *mujeres de color* latino americanas e enfoque nas mulheres lésbicas e transexuais. O PPGNEIM é um programa de estudos que defende a produção da ciência posicionada, com a valorização dos ativismos das mulheres. Dediquei-me a produzir conhecimento sobre identidade de gênero e identidade sexual com mulheres lésbicas. O estudo resultou na tese: *Sapatos tem sexo? Metáforas de gênero em lésbicas de baixa renda, negras, no Nordeste do Brasil*. Tive como orientadora a professora Dra. Cecília Sardenberg, uma grande incentivadora, que me apoiou deslocar, transpor paradigmas e ampliar conhecimentos juntas. O ativismo LGBTQI+ veio com a atuação na RFS, quando afirmei que era necessário radicalizar o protagonismo de mulheres negras, lésbicas e transexuais no campo feminista. Foi uma boa provocação, a presença da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) na RFS e a interlocução com outras articulações do movimento LGBTQI+, a exemplo da ASTRAPA na Paraíba, nos diálogos com a querida ativista travesti Fernanda Benvenutty. Lembro da imagem viva de Lurdinha Rodrigues, ativista lésbica-feminista, com quem fiz vínculo e parcerias na LBL e na SPM, onde também atuou. Em 2010, aconteceram as eleições para Governo do Estado, o candidato Ricardo Coutinho ganhou as eleições. Ele, como já citei, tinha interlocução com as pautas feministas, também exercido

os mandatos de vereador, deputado estadual e prefeito da capital. Era o primeiro governo que não saiu dos quadros das oligarquias políticas tradicionais e como socialista, cultivava o compromisso com a democracia participativa e com os direitos humanos. Fui convidada para colaborar na implantação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), responsável pelas políticas públicas para mulheres, LGBTQI+, população negra e comunidades tradicionais – indígenas, ciganas, quilombolas e povo de religião de matriz africana. O convite me chegou com surpresa, não havia planejado esse percurso e estava na metade do curso de doutorado. Minha larga experiência era ao lado dos movimentos sociais, da produção de reivindicações e do controle social. É certo que eu tinha demandado políticas públicas e sabia fazer leituras da realidade com uma visão crítica das desigualdades sociais a partir dos marcadores sociais de classe, raça etnia, orientação sexual e identidade de gênero, localidade, pessoas com deficiência, entre outros. Tinha aprendido com os movimentos sociais, as lutas comunitárias, a academia e as companheiras feministas. Aceitei o convite e atuei como Secretária Executiva (2011 a 2012) e Secretária de Estado da Paraíba (2013 a 2019). O desafio era implantar a primeira Secretaria de Estado para execução de políticas para mulheres, negros, comunidades tradicionais e LGBTQI+ da Paraíba. Outro desafio era o fato de o órgão reunir políticas públicas específicas para três segmentos populacionais, solapados pelo machismo, racismo e heteronormatividade. A SEMDH foi estruturada com três Gerências Executivas de Equidade de Gênero, de Direitos Sexuais e LGBT e de Equidade de Raça), que teve à frente as(o) gerentes Elinaíde Carvalho Alves, Roberta Schultz e José

Roberto Silva<sup>9</sup> que contribuíram com a construção do projeto político. A estratégia foi propor um trabalho diferenciado para cada segmento, em diálogo com os movimentos sociais e as populações, adotando diferentes estratégias. Precisávamos estruturar uma política pública com programas transversais e ações compartilhadas com outras secretarias de governo, atendendo às demandas e especificidades dos diferentes públicos. A interseccionalidade garantiu o olhar sobre a pluralidade de sujeitos que agregam diferenças etárias, de gênero, de orientação sexual, de raça e etnia, de localidade, com ou sem deficiência. A intersetorialidade, como ferramenta de gestão, foi importante para potencializar recursos e ampliar a cobertura das ações, num organograma compartimentado. Outro fator importante foi a equipe ter sido composta por técnicos com experiência nos movimentos sociais, ou seja, uma equipe com conhecimento da realidade, capacidade de estabelecer diálogos com as populações e compromisso. De imediato, construímos e garantimos os mecanismos da democracia participativa, como os conselhos de direitos das mulheres, de LGBTQI+ e de promoção da equidade racial. Realizamos as conferências de políticas públicas e elaboramos planos de ação estadual com legitimidade participativa e metas que dialogavam com outros setores do poder executivo. Cito o exemplo da segurança pública<sup>10</sup>, dirigida pelo então secretário Claudio Lima que, em constante diálogo com a SEMDH, desenvolveu um consistente trabalho de enfrentamento à violência contra as mulheres. Ampliamos a quantidade e a qualidade das DEAMs e criamos a coordenação geral



Fonte: Arquivo Pessoal da entrevistada

das mesmas, contando com a estimável parceria da coordenadora Delegada Maisa Araújo. Qualificamos os dados, sobretudo de assassinatos de mulheres e LGBTQI+, que dantes eram subnotificados, atuamos para garantir o recorte racial nos dados da segurança pública. Para esse trabalho, o diálogo e a interface com o Tribunal de Justiça da Paraíba, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública do Estado foram imprescindíveis e profícuos. A SEMDH nos trouxe o desafio de estruturar ações que estavam na pauta do movimento feminista, desde a década de 1970, como a implantação, em 2011, da Casa Abrigo Aryane Thaís, coordenada pela assistente social Terlúcia Silva. Assim como o fortalecimento da Rede Estadual de Atenção às Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual – REAMCAV – para garantia do diálogo e do trabalho articulado entre as diversas instituições. Implantamos equipamentos de proteção e enfrentamento às violências, como o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes de Campina Grande, coordenado pela pedagoga Isânia Monteiro, e o do município de Sumé, coordenado por Lucineide Pereira. Também reivindicações do movimento

<sup>9</sup> As gerências contaram com o trabalho de diferentes técnicas e técnicos capacitadxs e pertencentes aos públicxs atendidxs. Além disso, profissionais das áreas meios, como administrativo, financeiro, jurídico, imprensa e assessoria do gabinete.

<sup>10</sup> Ressaltando que a parceria se deu com diversas secretarias e órgãos de governo como Saúde, Assistência Social, Cultura, Educação, Empreendedorismo, Comunicação e tantos outros.

LGBTQI+, como o Espaço LGBT de João Pessoa, que foi coordenado por Ângela Chaves e Vitor Pilato, o Espaço LGBT de Campina Grande, além do Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais, vinculado à Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba (SES). Foram muitos desafios, conquistas e sentimento de que ainda era preciso fazer muito para promover a igualdade e a justiça necessárias. No início, havia um desconforto dos movimentos em relação ao formato da Secretaria, por aglutinar três públicos numa estrutura muito enxuta. Era preciso ganhar a confiança dos movimentos sociais sobre nossa disposição de executar as políticas, considerando a capacidade instalada. As ações, a capacidade de dar respostas às demandas dos movimentos sociais e comunidades tradicionais e os constantes diálogos arrefeceram a crítica dos movimentos sociais. Se por um lado eu tinha pertencimento para assegurar o meu lugar de fala, por outro vivenciei uma relação de estranhamento com algumas pares. Suponho que aquele estranhamento pudesse estar relacionado às questões partidárias, suas discordâncias e disputas internas de poder. Ou a tensionamentos entre atuar na sociedade civil com o controle social e assumir o lugar institucional de gestora estadual. Como atuar para que as reivindicações dos movimentos sociais organizados tenham efetiva ressonância nas políticas públicas pensadas e implantadas? Considero que são questões fundamentais para serem aprofundadas. Nas minhas reflexões pessoais, perguntei o quão disposto ou preparado o movimento social está para dar apoio às feministas que se dispõem a ir para lugares institucionais de poder e decisão, quer seja a gestão pública ou os partidos políticos. Quão preparadas estamos nós para lidar com as inflexões dos governos em relação as nossas utopias?

Como vivenciar a máxima de mais mulheres em lugares de poder com todas as suas contradições e desafios? De imediato, compreendi que o espaço de governo me exigia um ativismo institucional para sensibilizar agentes de governo e colegas de gestão. Entendi que precisava ganhar mentes e corações no governo e em outras instituições. Compreendi ser necessário construir pontes, com diálogos inteligíveis, entre a instituição e os movimentos sociais. Precisei desenvolver o olhar de gestora, conhecer a gestão pública de outro lugar, percebendo seus limites e dificuldades, aprender sobre a máquina pública, suas normativas, trâmites burocráticos e seus códigos. Experimentei a situação de querer fazer e não poder por falta de orçamento, pelo tempo exigido para tramitação administrativa ou pela impossibilidade de adquirir ou pagar algo. Aprendi a valorizar as pequenas conquistas. Foi uma experiência rica, sem dúvida tivemos a oportunidade de implantar as políticas, contribuindo para elevar a dignidade e o *status* de populações não reconhecidas como cidadãs de direito. Evidentemente que o avanço das políticas públicas só foi possível no contexto de um governo democrático. Essa experiência me possibilitou ver o processo social em que estava envolvida de modo mais global e multifacetado. A implantação da política pública para mulheres no âmbito do governo federal foi norteadora para estados e municípios, fomentando a capilaridade em todo o país, com insumos, projetos, assessoria e articulação de gestoras. Durante nosso período de gestão, mantivemos parceria, convênios e diálogo construtivo com a SPM, através das ministras Niceia Freire, Iriny Lopes e Eleonora Menicucci. Nossa parceria também foi profícua e solidária com a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), sobretudo através da ativista do movimento

negro, intelectual, ministra Luiza Bairros e sua equipe. Da mesma forma, com os(as) gestores nacionais LGBT, sobretudo, no Ministério da Saúde, com as diversas parcerias para implantação de políticas, a exemplo, do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Paraíba. No momento atual, torna-se mais importante cuidarmos da memória da democracia brasileira e registrarmos essa história de lutas dos movimentos sociais, assim como da responsabilidade do poder público brasileiro com a promoção de equidade e igualdade social para pessoas discriminadas em virtude do gênero, raça, etnia, idade, sexualidade, entre outros.

**DS:** Para finalizarmos: quem é Gilberta Soares?

**GS:** Eu acho que sou uma pessoa persistente e militante, me tornei ativista muito cedo. Não aceito injustiças. O ativismo político fazia parte dos assuntos da minha



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada

casa. Aonde eu tiver vou estar inquieta, cuidando do que está em minha volta e de mim mesma. Gosto de trabalhar, busco a disciplina, o método e as metas. Sou dessas que gosta de me apaixonar pelo que faço, gosto da ousadia que transforma. Me sinto em movimento constante, gosto de compreender os processos em que estou inserida. Uma tatuagem marcante na minha vida foi a convivência e o cuidado com minha mãe Terezinha no processo de 16 anos de adoecimento com doença de *Alzheimer*. Em 2018, após as eleições presidenciais, a avalanche de preconceitos e a conjuntura política de retrocessos, me provocou a mudança do estado civil.

Então, casamos no civil, eu e Gisele Rocha, em 13 de dezembro, no apagar das luzes de 2018. Entendemos que além de resguardar direitos civis e sociais, estávamos demarcando uma posição de resistência com amor. Assim como nós, muitas pessoas da comunidade LGBTQI+ oficializaram suas relações amorosas como um posicionamento político. É um tempo de incertezas sobre o futuro, preocupações com a nossa democracia e com o futuro da humanidade. E um tempo de muitas transformações pessoais e coletivas.

**DS:** E agora lembrei de uma frase do Foucault que é: “Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo”.

**GS:** Exatamente! Somos metamorfose ambulante! Podemos nos transformar e cuidar do que está em volta de nós. Gratidão por essa conversa.

## REFERÊNCIAS

- SOARES, Gilberta S. [et al]. **Grupos de mulheres da Paraíba: retalhos de uma história**. João Pessoa: Textoarte, 2001.
- SCHUMAHER; Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.